

O CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA DE IMMANUEL KANT (1724-1804): UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA E A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

ALEXANDRE DOMINGUES RIBAS

Doutorando em Geografia
Universidade Estadual de Campinas

ANTONIO CARLOS VITTE

Professor do Departamento de Geografia
Universidade Estadual de Campinas

As “idéias cosmológicas”, o “Curso de Geografia Física” e seus respectivos lugares no itinerário da filosofia kantiana: três proposições primaciais

Quedam em completa claudicação aqueles que imputam ao *itinerário* da filosofia kantiana uma uniformidade ou uma invariabilidade. Renunciando, em absoluto, a qualquer pretensão de pôr em dúvida a inflexível preocupação de Immanuel Kant com o caráter *sistemático* de sua filosofia (ou, então, de desconfiar da *conformidade* imanente a esta última), assentimo-nos assegurar que poucos *nobres espíritos* demonstraram – se confrontados com o filósofo de Königsberg – tamanha genialidade e intrepidez em *reinventar-se* a si mesmo, isto é, em *revolucionar* suas próprias idéias, alargando-as, re-significando-as e aprofundando-as. tomando como *pujança* a plasticidade, a amplitão e a fertilidade do âmago *crítico* que as abalizam.

Há, desse modo – perdoe-nos o provável uso impróprio do conceito¹ – *rugosidades* (isto é, *marcas* amoldadas pela *coexistência* e/ou *sucessão* de *ocasiões* de continuidades-descontinuidades; interrupções-

Endereço eletrônico dos autores – Alexandre Ribas: ribasalex4@hotmail.com e Antonio Carlos Vitte: vitte@uol.com.br

¹. Esse provável uso impróprio, de certo modo, não nos preocupa! Como assevera Schiller (1989), o *entendimento*, vezes sem conta, reduz o *mundo* a uma aparência fugaz e, para assim tratá-lo, tem que fixá-lo aos grilhões da regra, que descarnar seu belo corpo em conceitos e conservar seu espírito vivo numa precária carcaça verbal!

ininterrupções; rupturas-manutenções-revoluções; *saltos* teóricos lineares-refluxo a *fontes* anteriores) no decurso de *realização* da filosofia kantiana. Por essa razão, incidiria em malogro a aspiração de encaixilhar o *itinerário* intelectual de Kant em uma taxonomia, pois que a *complexidade* de seu *sistema crítico* extrapola a toda e qualquer improfícua *vontade* classificatória².

Atingimos, assim, a **primeira** “proposição primacial” dessa nossa *exposição: a realização da filosofia kantiana manifesta-se, em seu itinerário, como um processo não-uniforme, não-invariável e, conseqüentemente, assinalado por rugosidades, apesar (ou, talvez, justamente por causa) de seu caráter sistemático.*

Adentrando nos *temas* do sistema filosófico kantiano, encontramos – junto a tantos outros *desassossegos* que afligiam essa mente *impar* – uma firme outorga de Kant às *idéias* de ordem propriamente *cosmológica*. Desse modo, a “*problemática* cosmológica” (ou seja, a questão em torno da *metafísica do mundo*) *fez* – assiduamente - *companhia* ao *nosso* filósofo no decurso da *realização* de sua *empresa* intelectual e, entre outras coisas, *o governou* a acossar o arranjo de um *sistema cosmológico*.

Essa pretensão em edificar um *sistema cosmológico* revela-se, pela primeira vez de forma *sistematizada*, em sua obra *História Geral da Natureza e Teoria do Céu*, publicada em 1755³. O interesse inicial de Kant pelas *idéias* cosmológicas parece ter sido despertado pelo *largo* e *intenso* debate filosófico que se *içou* em torno da *metafísica do mundo* (de modo especial, pela alteração – gerida, sobretudo por Leibniz e Wolff – diante do processo de *laicização* da investigação cosmológica e, por conseguinte,

². Para validar tal *idéia*, salientamos, por exemplo, a relação filosófica de Kant com G. W. Leibniz (1646-1717). Não há dúvidas que Kant – por vezes, via Christian Wolff (1679-1754) – fez de Leibniz sua principal *fonte* inspiradora nos seus *primeiros* escritos (em sua denominada fase pré-crítica). O mesmo Leibniz parece – na *Dissertação de 1770* e, sobretudo, na *Crítica da Razão Pura* (1781) e nos *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786) – lançado aos *escombros* quando da adesão de Kant a Isaac Newton (1642-1727) e à sua *metodologia*. Não obstante, eis que na *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790), o *velho* Leibniz ressurge como fundamento – em Kant – para uma abordagem *dinâmica* da natureza em oposição à tese da *imutabilidade* da natureza de base newtoniana.

³. Nessa obra, Kant se propõe, essencialmente, a descobrir “[...] o sistema (*das Systematische*) que reúne os grandes membros da criação em toda a extensão da infinidade” (KANT, 1984:65, tradução nossa) e a fazer derivar “[...] das leis mecânicas, a formação dos próprios corpos celestes e a origem de seus movimentos do primeiro estado da natureza [...]” (KANT, 1984:65, tradução nossa).

do *mecanicismo cartesiano* e da *filosofia natural* de Newton) e, também, pela ocorrência, em 1755, do Terremoto de Lisboa⁴ (que fez *fervilhar* – em *solo* europeu – a contenda a respeito da *ordem* e da *finalidade* da natureza).

Todavia, intrujam-se aqueles que abreviam o interesse de Kant pelas *idéias* cosmológicas ao seu *escrito* de 1755⁵. Na verdade, o *motivo* cosmológico persiste na *extensão* de todo o *itinerário* filosófico kantiano (CLAVIER, 1997). Para autenticar essa afirmativa basta grifarmos que já em 1747, em sua obra *Pensamento sobre a verdadeira estimação das forças vivas*⁶, Kant trata, mesmo que indiretamente, do *objeto* cosmológico. Em sua célebre *Dissertação de 1770, nosso filósofo* re-significa a *problemática* cosmológica, transmutando o sentido do conceito de *mundo*. Em 1781, sua sublime *Crítica da Razão Pura* praticamente desautoriza a *razão* cosmológica, sepultando-a ao lado das fantasiosas pretensões da metafísica clássica⁷. Contudo, o *motivo* cosmológico

⁴ Esse episódio abalou, profundamente, a mentalidade europeia da época. A conjectura do “melhor dos mundos possíveis”, que exaltava o otimismo saído da filosofia de Leibniz, parecia ruir com a própria cidade de Lisboa e Voltaire – em seu *Cândido ou o Otimismo* – ironicamente, proclamou sua falência. A natureza tem um fim? Ela possui uma ordem? Será o homem apenas o produto casual e temporário de uma natureza cega e sem propósito, tão-somente um espectador irrelevante de seus feitos, um intruso em seus domínios (BURTT, 1983)? Cabe algum lugar ao homem na teleologia cósmica? Indagações como estas viraram lugar-comum entre os pensadores europeus da época e Kant não escapou a elas! Além disso, esse acontecimento, entre outros aspectos, explica a adesão de Kant às lições de “Geografia Física”, que ele passara a oferecer, em Königsberg, a partir de 1756.

⁵ Estamos, obviamente, nos remetendo à obra *História Geral da Natureza e Teoria do Céu*.

⁶ Nessa obra, segundo Clavier (1997), instigado pela questão “Que é preciso para fazer um mundo?” – questão esta, inclusive, que atravessa todo seu empreendimento intelectual – Kant constrói os conceitos de *espaço*, de *lugar* e de *extensão*, a partir da *matéria* e do *movimento*.

⁷ Na *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma que abranger o mundo enquanto uma *totalidade absoluta em si* não passa de uma ambição nula da metafísica. Tal *cobiça* seria *engravada* de uma contradição da *razão especulativa* consigo mesma, quando esta ousa exceder os limites da *experiência*. Se não podemos conhecer um *objeto* como *coisa em si*, mas apenas um *objeto* cuja *intuição* correspondente ao conceito pode nos ser dada, portanto, como *fenômeno* (*objeto da intuição sensível*), logo, pretender apreender a *alma*, *Deus* e o *mundo* (como *totalidade absoluta*) é um *ato sem préstimo*, pois esses *objetos* não podem nos ser dados numa *intuição*. Essa contradição da *razão* consigo mesma, *denunciada* por Kant pelo mecanismo da Antinomia, neutraliza, consequentemente,

ressurge e se *revoluciona* na Terceira Crítica de 1790, mediante a idéia de *sistema*, de *organicismo* da natureza, de *juízo estético* e de *juízo teleológico*⁸.

Assentimo-nos, assim, ostentar a **segunda** “proposição primacial” dessa nossa *exposição*: *há uma declarada persistência do motivo cosmológico em toda a extensão da filosofia kantiana*. E mais: *o tratamento outorgado por Kant, em suas principais obras, às idéias cosmológicas espargue re-significações; variações; liames; continuidades-descontinuidades; interrupções-ininterrupções; rupturas-permanências*. *E essa exasperada re-significação das idéias cosmológicas em Kant espelha, indiscutivelmente, a não-uniformidade e as rugosidades imanentes à sua filosofia*.

As duas **primeiras** “proposições primaciais” até aqui *oferecidas* exprimem uma afinidade ingênita entre si: a) *a filosofia kantiana (mesmo sendo sistemática) está longe de ser uniforme em seu decurso; ao contrário, ela manifesta-se em notórias rugosidades*; b) *o motivo cosmológico persiste em toda a extensão desta filosofia e, espelhando sua compleição, também se realiza de modo não-uniforme*.

Há um verdadeiro *deslocamento de sentido* do conceito de *mundo* ao longo do decurso das *idéias cosmológicas* de Kant (CLAVIER, 1997). Esse continuado *inclin*ar de Kant sobre o “conceito de *mundo*” e,

quaisquer produções cosmológicas. Desse modo, em sua *Primeira Crítica*, Kant declara “[...] fora de uso os conceitos metafísicos relativos ao mundo” (CLAVIER, 1997:7, tradução nossa) e, com isso, ele “[...] mandou os conceitos cosmológicos ao cemitério das hipóteses metafísicas” (CLAVIER, 1997:8, tradução nossa).

⁸ Apesar de enviar, em sua *Primeira Crítica*, as produções cosmológicas ao *cemitério das hipóteses metafísicas*, Kant mantém uma abalizada *persistência* em seu *projeto cosmológico*. Clavier (1997), afirma que, já no *Apêndice à dialética transcendental*, Kant reconhece que a *razão teórica* pode encontrar um bom uso nas *idéias cosmológicas*, ao propor “[...] ao entendimento um fio diretor no exame da natureza” (p. 10, tradução nossa). A *razão* pode, com as *idéias cosmológicas*, detectar uma lei de *unidade sistemática* de todos os fenômenos. Portanto, Kant não *abandona*, em momento algum de seu *itinerário* filosófico, o interesse pela “unidade do todo do mundo”. Tanto é que a *força* das Antinomias não *abortou* sua persistência pela “razão cosmológica” (CLAVIER, 1997). Isso se revela, por exemplo, em 1785, quando ele publica seu ensaio *Sobre os vulcões da lua*, onde conserva a hipótese cosmogônica da *Teoria do Céu*. E, em sua *Terceira Crítica*, Kant assume, claramente, que o “[...] idealismo transcendental interdita a cosmologia racional como parte da metafísica: mas ele não suprime a perspectiva cosmológica na investigação em Ciência da natureza” (CLAVIER, 1997:11, tradução nossa).

conseqüentemente, sobre a possibilidade (ou não) de uma “metafísica do mundo”, declara – incontestavelmente – o seu resolutivo *comprometimento* com a *construção metafísica* da “superfície da Terra”. Portanto, não foi por uma mera casualidade que Kant dedicou-se, tenazmente, à *Geografia Física*, ministrando-a, na forma de *Curso*, por quase quatro décadas na cidade de Königsberg. Assim como também não foi uma pueril eventualidade o fato de ele ter autorizado – no rematar de sua vida – a publicação de algumas *notas* deste seu *Curso*, em 1802.

Desse modo, mais do que um *Curso* ministrado para atender tão-somente a uma obrigação *profissional* ou *financeira* ou, então, para experimentar (e manifestar) seu gênio universal e enciclopédico, a “Geografia Física” – ininterruptamente – se mostrou, a Kant, como um *conhecimento* provido de uma desmedida significação *metafísica*, já que ela lhe sugeria a própria possibilidade de *empiricização* de sua *filosofia*. Conseqüentemente, seria um profundo desacerto desprender os *estudos* geográficos de Kant dos *conteúdos* e das *intenções* de seu sistema filosófico.

Encontramo-nos, então, ante a **terceira** “proposição primacial” que esteia essa nossa *exposição*: a “*Geografia Física*” (*curso professorado por Kant durante quase quatro décadas e que, em 1802, foi editado por Th. Rink na forma de livro*) *espelha (no sentido de ser um produto) as re-significações experimentadas pelas idéias cosmológicas no trajeto da realização da filosofia transcendental kantiana. Ao mesmo tempo, a Geografia Física, atua como uma espécie de força geratriz destas re-significações sofridas pela cosmologia kantiana quando denuncia, aos olhos do filósofo de Königsberg, a empiricidade (e a heterogeneidade) do mundo e o obriga a formular uma nova imagem de natureza. Essa nova imagem – que suplanta a submissão da natureza à simetria totalizante da Razão e à redimensiona mediante a aplicação do juízo reflexivo como componente de sua apreensão e de sua representação – aparece nas páginas de sua sublime Crítica da Faculdade do Juízo, publicada em 1790.*

Eis, de tal modo, as **três** “proposições primaciais” enlaçadas ternamente: a) *não devemos sucumbir ao equívoco de conferir à filosofia kantiana um itinerário uniforme. Essa ativa filosofia – apesar de seu inabalável desejo de sistema e da conformidade a ela pertencente – realiza-se, em seu transcurso, mediante rugosidades; b) do mesmo modo, não podemos cair na claudicação de abreviar a “problemática” cosmológica kantiana ao seu escrito de 1755. O motivo cosmológico persiste na extensão de todo empreendimento intelectual de Kant. Por se mostrar pertinaz ao longo de toda a superfície da filosofia kantiana, esse*

motivo cosmológico acaba por espelhar as rugosidades ingênicas a esta filosofia; c) o Curso de Geografia Física – ministrado por Kant por quase quarenta anos – não pode ser dissociado do conteúdo e do alcance das duas proposições anteriores. O interesse de Kant pela Geografia sempre foi eminentemente metafísico, filosófico. Ela, a Geografia Física, é tanto um produto como, também, uma peça impulsionadora dessa não-uniformidade imanente à filosofia e ao motivo cosmológico kantianos. A Geografia Física instiga nosso filósofo a redimensionar seu conceito de mundo e a buscar apreender a multiplicidade da natureza para além da simetria totalizante da Razão. A Geografia Física, por fim, compõe a “experiência estética” que sustenta a nova imagem de natureza aclamada por Kant em sua Crítica da Faculdade do Juízo, datada de 1790.

A “Geografia Física” de Kant: notas sobre sua transmutação de Curso em Livro

O que teria levado Kant – considerado, por muitos, como sendo o modelo *ímpar* do filósofo⁹ - a auferir autoridade à *Geografia Física*, a ponto de oferecer um *Curso* dirigido a esta *disciplina*? Já asseguramos, anteriormente, que desprender os *estudos* geográficos de Kant de suas *intenções* filosóficas não passa de um *ato sem préstimo*. O interesse de Kant pela *Geografia Física* jamais esteve cingido a uma mera atividade professoral ou a um simples hábito enciclopédico; ao contrário, ele sempre foi fundamentalmente *filosófico*, compondo seu intento *metafísico* e *cosmológico*.

Kant ofereceu *Cursos* de *Geografia Física* por quase quarenta anos, em Königsberg. Todavia, ele jamais escreveu uma *obra* designadamente direcionada a esta disciplina. Na verdade, Kant elaborava alguns *manuals* que eram empregados nas suas aulas de *Geografia Física*. Ele era assíduo leitor de narrativas de viagens, de relatos de expedições científicas, de jornais, revistas, etc. Ou seja, Kant – inegavelmente – possuía um cabedal expressivo de informações *geográficas* (geodésicas, corográficas, etc.) sobre diversos países. Algumas *notas* destes *manuals* elaborados por Kant foram publicadas, em 1802, por um de seus *antigos* alunos, Thomas Rink. Possivelmente, tais *notas* – que foram encontradas em dois *cadernos* – exprimem *conteúdos* e *concepções* expostas por Kant, em seu *Curso*, já na fase mais derradeira de sua vida.

⁹. De Quincey (1989), por exemplo, assevera não existir um único escritor filosófico que possa pretender aproximar-se de Kant na extensão ou na profundidade da influência exercida sobre as mentes dos homens.

Aquilatamos ser proeminente (e, ao mesmo tempo, indispensável) ostentar uma exposição mais meticulosa desse *processo* de transmutação da *Geografia Física* de Kant de *Curso em Livro*, principalmente para podermos situá-la no bojo da dilatada e infatigável atividade professoral deste eminente e egrégio filósofo.

No outono de 1740, no dia de São Miguel, após freqüentar por oito anos o Collegium Fridericianum, Kant foi conduzido à Universidade de Königsberg, onde seguiu os cursos de *filosofia*, que abarcavam a *filosofia* propriamente dita e as *ciências* (PASCAL, 1996; DE QUINCEY, 1989).

Em 1747, com o falecimento de seu pai, Kant vê-se obrigado a abandonar a Universidade, antes mesmo de ter adquirido todos os seus graus acadêmicos. A partir de então, para *ganhar a vida*, ele passa a desempenhar a função de *preceptor* de famílias ricas tanto de Königsberg como de seus arrabaldes. Ele exerceu o cargo de *preceptor* por, aproximadamente, nove anos (PASCAL, 1996).

Kant, próximo dos seus 30 anos, já havia se decidido pelo *trabalho* na Universidade. Seguindo a tal *ambição*, em 12 de junho de 1755 ele obteve o apetecido título de *licenciado* junto à Faculdade de Filosofia de Königsberg e, desde então, passou a estar habilitado a abrir um *curso livre* (BOROWSKI, 1993).

Impetrada a habilitação para oferecer *curtos livres*, Kant encetou suas lições de Lógica (segundo a Meier), de Metafísica (segundo, primeiramente, a Baumeister e, posteriormente, a Baumgarten), de Física (segundo a Eberhard) e de Matemática (segundo a Wolff) (BOROWSKI, 1993). Em seguida, pôs-se a instruir *conferências* sobre Direito Natural, sobre Moral, sobre Teologia Natural e, mais tarde, sobre Antropologia e sobre *Geografia Física* (BOROWSKI, 1993).

Kant desempenhou a *função* de Docente Livre por quatorze anos, sendo seus *curtos* financiados pelos próprios alunos (PASCAL, 1996). Kant tentou elevar-se ao cargo de catedrático em 1756 e ainda em 1758, mas não auferiu êxito. Em 1767, foi-lhe oferecida a cátedra de *Poética*, mas ele prontamente recusou. Aceitou, no entanto, em 1767, o *posto* de inspetor na Biblioteca Real, mas abdicou do mesmo em 1772, em razão da amplidão de suas outras atividades, que o impedia de dedicar-se com *inteireza* à referida função (BOROWSKI, 1993).

Em 1770, com sua célebre *Dissertação sobre a forma e os princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*, Kant foi designado para a cátedra de *matemática*, que pouco depois ele permutaria pela de *lógica* e

metafísica. Com isso, ele conseguira, finalmente, o *posto* de professor *titular* ou *ordinário*.

Mesmo após ter se estabelecido como docente *titular* da Universidade de Königsberg, Kant prosseguiu exercendo o *ofício* de professor por conta própria (isto é, de maneira *autônoma*) até 1793. Na verdade, para sermos mais *exatos*, ele manteve suas *lições públicas* até, aproximadamente, o ano de 1797. Aos seus *cursos privados*, Kant renunciou em 1793, porque suas *forças* já estavam escassas para oferecê-los com probidade. Aos que procuravam por seus *cursos*, a partir desta data, Kant indicava os professores Pörschke, Gensichen e o licenciado Jesche (BOROWSKI, 1993).

Desse modo, até o interromper de sua vitalidade, ou seja, até o definhar de sua eficácia, Kant continuou, ininterruptamente, a ministrar seus *cursos*. E, para o sobressalto de muitos, não era *filosofia* que ele ensinava primordialmente. Kant ofertou – ao longo de sua atividade acadêmica (estreada em 1755/56 e rematada em 1796/97) – aproximadamente, 267 *ciclos* de *cursos*, sendo que, destes, 54 foram dedicados à *lógica* e à *metafísica* (20,2%); 49 à *geografia física* (18,4%); 46 à *ética* (17,2%); 28 à *antropologia* (10,5%); 24 à *física teórica* (8,9%); 20 às *matemáticas* (7,5%); 16 ao *direito* (6%); 12 à *enciclopédia das ciências filosóficas* (4,5%); 11 à *pedagogia* (4,1%); 4 à *mecânica* (1,6%); 2 à *mineralogia* (0,7%) e 1 à *teologia* (0,4%).

Notamos que a *Geografia Física* foi, ao longo da atividade acadêmica de Kant, a segunda *disciplina* mais lecionada, exatamente depois da *lógica* e da *metafísica*. Isentando a inegável e irrefragável importância *quantitativa* desta *ciência* no total dos *cursos* por ele administrados, Kant foi, ainda, “[...] o primeiro filósofo a introduzir esta disciplina à Universidade antes mesmo que a primeira *cadeira* de Geografia fosse criada por Karl Ritter, em Berlim, em 1820” (COHEN-HALIMI, 1999:11, tradução nossa).

Isso não significa, em hipótese alguma, que antes de Kant esta *disciplina* não fosse ensinada em território europeu. No entanto, nenhum filósofo havia se interessado pela *geografia* como Kant “[...] a ponto de ensinar e de redigir um manual a este fim” (COHEN-HALIMI, 1999:11, tradução nossa).

Não havia, de fato, nenhum *manual* que pudesse servir-lhe como *referência* e:

[...] por isso ele redigiu a Geografia Física, e este fato é tanto mais notável que na época, ele era estritamente proibido de professar um curso em seu próprio nome, cada professor devia se conformar a um manual oficialmente reconhecido. A exceção da Geografia Física fez assim o objeto de um decreto de von Zedlitz, de 16 de outubro de 1778, pelo qual Kant era autorizado a ensinar esta disciplina segundo suas notas, conforme as suas notas ou ainda segundo as suas próprias notas (COHEN-HALIMI, 1999:11, tradução nossa).

Esse *manuscrito*, elaborado por Kant e empregado como *referência* às suas aulas de *Geografia Física*, acrescido por *notas* tomadas por seus *estudantes* durante os *curtos*, apareceu só tardiamente, em 1802, sendo que sua *edição* ficou sob o encargo de Thomas Rink, um *antigo* aluno especialmente selecionado por Kant para a publicação do que viria a se tornar um livro.

O caráter *tardio* de sua publicação permite-nos entender a *razão* que leva Cohen-Halimi (1999) a concluir que “[...] de fato, o Curso de *Geografia Física* acompanha por assim dizer clandestinamente todo o percurso filosófico de Kant [...]” (p. 10, tradução nossa). Destarte, apesar deste *mistifório* entre o *manuscrito* de Kant e as *notas* adicionadas por seus alunos-ouvintes, algumas pesquisas filológicas (como a de E. Adickes) “[...] permitem ter o *Curso de Geografia* como uma obra kantiana autêntica [...]” (COHEN-HALIMI, 1999:9, tradução nossa). Isso porque seu conteúdo *espelha* um *curso* concebido e professorado por Kant e, por mais que esta seja uma *obra* reconstituída a partir do acréscimo de *notas* tomadas por estudantes, ela é considerada como parte integrante da herança intelectual kantiana.

A Geografia e a Geografia Física em Kant: apontamentos conceituais

O livro *Geografia Física*¹⁰ é iniciado com uma *Introdução* à Descrição física da Terra. Trata-se, este, de um *momento* em que Kant – entre outros assuntos – *prende sua atenção* em exibir uma *definição* de *geografia (física)*.

Kant, primeiramente, define a *geografia (física)* como sendo uma *propedêutica do conhecimento do mundo*. E o *mundo*, para ele, significa a *totalidade* (o *solo* sobre o qual nossos conhecimentos são adquiridos e

¹⁰ Essa *obra* se encontra no tomo IX da edição das obras de Kant realizada pela Academia de Ciências da Prússia (1902), Berlim, Walter de Gruyter, 1968 (KANT, 1999).

aplicados) que, por sua vez, é a condição *sine qua non* para a representação do homem e da natureza enquanto um sistema.

O *desejo de sistema* submete, para Kant, os estudos *geográficos*. Desse modo, em sua acepção, o escopo arquetônico subjuga o *conhecimento do mundo*. É essa *pretensão arquetônica (sistêmica)* que funda esta *ciência*, fazendo-a tratar o *múltiplo* como sendo derivado do *todo*. É por essa razão que ele define a *geografia (física)* como sendo uma *descrição* da Terra inteira, ou, o *conhecimento do mundo* (KANT, 1999).

É importante grifar que, para Kant, a *geografia (física)* seria a única ciência apta a descrever a superfície da Terra em sua *totalidade*, isto é, a descrever e representar a natureza enquanto um sistema. Desse modo, Kant afirma ser a *geografia (física)* uma *descrição raciocinada de tudo o que é visível à superfície terrestre*. Para ele, portanto, a *geografia (física)* não seria uma mera *descrição*, mas uma descrição associada “[...] às causas imediatas dos efeitos da superfície que ela descreve” (MARCUIZZI, 1999:45, tradução nossa). Por isso, a *geografia (física)* seria um *inventário raciocinado dos quadros* do mundo, ou então, uma *descrição raciocinada* da superfície da Terra.

Kant também se preocupa, nesse cometimento conceitual, em “[...] designar a todos os conhecimentos o lugar que lhe é próprio” (1999:68, tradução nossa). E, no que tange ao ordenamento dos conhecimentos *empíricos*, estes só podem ser alocados seja sob *conceitos*, seja segundo o *tempo* e o *espaço* onde os encontramos realmente (KANT, 1999). A divisão dos conhecimentos segundo *conceitos*, Kant denomina de *divisão (classificação) lógica*; já a divisão que é feita segundo o *tempo* e o *espaço*, ele designa de *divisão (classificação) física*. Pela primeira, diz ele, “[...] obtemos um sistema da natureza [...] como por exemplo [...] o de Linneu, pela segunda [...] uma descrição geográfica da natureza” (KANT, 1999:67 e 68, tradução nossa).

A *classificação física* (que se opõe à *classificação lógica*) se demonstraria – para Kant – segundo o *tempo* (história) e segundo o *espaço* (geografia). Dessa maneira, tanto a *história* como a *geografia* seriam conhecimentos *históricos*; porém, a *primeira* seria uma *narração* e a *segunda* uma *descrição* (KANT, 1999). Nesses termos, a *geografia* buscaria, portanto, *descrever* o lugar das coisas sobre a superfície da Terra, propondo uma *divisão física* dos fenômenos distribuídos sobre a Terra e não uma *divisão lógica* no sentido de Linneu (que pretendia, essencialmente, classificar as coisas mediante suas *semelhanças* ou *dessemelhanças*). A *descrição geográfica*, deste modo, *espelhari*a o teatro

da natureza, a “[...] Terra em si mesma e as regiões onde se acham realmente as coisas [...]” (1999:69, tradução nossa).

Contudo, surge, nesse momento, uma indagação relevante: qual o *atributo* que não comparece na *classificação lógica* e que, ao mesmo tempo, concede especificidade à *classificação física*? Diz o filósofo de Königsberg: é o *espaço* que é negligenciado na *classificação lógica* e é este *atributo* que fornece a especificidade (e a fertilidade) da *classificação física*. Desse modo, para Kant, o *espaço* outorga à *classificação física* o atributo de *fazer ver os conteúdos da empiricidade* do mundo e da natureza.

É justamente essa *espacialidade* da superfície da Terra, ou seja, essa *empiricidade* distribuída (e ordenada) espacialmente, que uma mera *divisão conceitual* não consegue *alcançar e representar*. Essa *qualidade* atinente à *classificação física* nos aclara, assim acreditamos, as *razões* que encaminham Kant à *geografia*. Esta *disciplina* lhe concedia a possibilidade de representar o mundo como um *sistema*, ou então, de representar a *natureza teleologicamente organizada*.

Após *desunir a geografia das classificações lógicas* (distinguindo a *divisão lógica* da *divisão física*), Kant busca discriminá-la da *história* (demonstrando a diferença entre uma *divisão física segundo o tempo* e uma *divisão física segundo o espaço*). E o elemento *discriminante* primordial, mais uma vez, é o *espaço*; é ele que especifica o estudo *geográfico* face ao exame *histórico*. Seguindo a esta acepção, Kant assevera que “[...] a história como a geografia podem ser chamadas todas duas uma descrição, com esta diferença [...] que a primeira é uma descrição segundo o tempo e a segunda uma descrição segundo o *espaço* [...]” (1999:69, tradução nossa).

Nesse âmbito, para Kant, tanto a *história* como a *geografia* “[...] alargam pois o campo de nossos conhecimentos do ponto de vista do tempo e do espaço” (1999:69, tradução nossa). Entretanto, a *história* “[...] diz respeito aos eventos que são desenrolados *uns após os outros* do ponto de vista do tempo [...]” (KANT, 1999:69, tradução nossa), ao passo que a *geografia* “[...] diz respeito aos fenômenos que se produzem *ao mesmo tempo* do ponto de vista do espaço [...]” (p. 70, tradução nossa). Todavia, de acordo com os *objetos* que ela trata, a *geografia*, na concepção de Kant, toma diferentes nomes: *geografia física*, *geografia matemática*, *geografia política*, *geografia moral*, *geografia teológica*, *geografia literária* ou *geografia de mercado*.

Apoiando-se em tais assertivas, Kant chega à sua ilação principal: “[...] A história é uma narrativa enquanto que a geografia é uma descrição. Por conseguinte, *nós podemos bem ter uma descrição da natureza mas não uma história da natureza*” (Kant, 1999:70, tradução nossa). E nosso filósofo emenda: “A geografia e a história preenchem a totalidade (IX, 163) do campo de nossos conhecimentos: a geografia, o do espaço, e a história, o do tempo” (KANT, 1999:72, tradução nossa).

Eis, então, a *geografia* desprendida da *história* e, conseqüentemente, da *história natural*, sobretudo, da de Buffon. E o responsável por esta emancipação, é o espaço, que permitiu a separação da *geografia* dos sistemas *lógicos*, como o de Linneu, que visava a classificação da natureza, segundo uma ordem fundamentada na teologia natural. O próprio Kant assevera que: “É pois somente do ponto de vista do espaço e do tempo que a história (*Historie*) difere da geografia” (1999:70, tradução nossa).

Essa descoberta da natureza na superfície da Terra, exige uma nova lógica, uma nova linguagem, novos símbolos e, enfim, uma nova metáfora para a natureza e seus processos. Há uma des-teleologização da natureza pelos estudos científicos. Esse é o momento em que ocorre a emancipação da geografia física moderna. Segundo Büttner (1975):

Kant joints the debate by making clear with inexorable poignancy (in doing so he goes decisively further than his teacher Wolff) that geography can help neither to prove the existence of God nor furnish proof against his existence (as the advocates of the French Enlightenment especially tried to do). Geography is theologically neutral (BÜTTNER, 1975:239).

Nesse sentido, para Kant, a *geografia* apresentava-se como uma ciência dotada de uma *fecundidade* única pois, por ser discriminada da *divisão lógica*, ela se revelava em condições de representar a *empiricidade* real da superfície da Terra (ou os *quadros do mundo*); ao passo que, por ser *desunida* da *história natural* de Buffon, essa ciência mostrava-se capaz de *espelhar* a *sistematicidade* da natureza organizada (ou seja, sua *teleologia*). E é *encostado* nessas considerações que Kant se *sente à vontade* para *lançar* sua concepção mais *limpida* (e *exata*) de *geografia*: ela é uma *descrição segundo o espaço* (KANT, 1999).

“Geografia Física”, Cosmologia e Estética em Kant: considerações finais

Incontestavelmente, o que concebemos por *geografia moderna* (e, logo, *científica*) é um *corpo de saberes* resultante de *problemas* filosóficos. Essa assertiva – aparentemente tão *prosaica* – pode conduzir-nos a conseqüências deveras ressaltantes, caso nos coloquemos a perscrutar a *gênese* epistemológica da ciência geográfica.

A *história* da ciência geográfica, vezes sem conta, é-nos narrada como uma sucessão unidimensional de *biografias* de algumas ilustres *personalidades*. Se nos *perdermos* – ocasionalmente – nestes *sedutores* fragmentos *biográficos*, acabamos por deslembrarmos que a *geografia moderna* (e *científica*) surge em meio a um *projeto* de explicação do mundo. Ou seja, ela nasce de um *pacto* para se explicar e construir o mundo.

E, dentro deste *pacto*, a *geografia* concede à Modernidade um *projeto* de construção da “superfície da Terra”, isto é, ela empiriciza a *invenção* do mundo, via *invenção* do que é a “superfície da Terra”. Logo, permitindo essa construção *metafísica* da “superfície da Terra”, ou seja, concedendo um atributo científico à validação do empírico da Modernidade, a *geografia moderna* (e *científica*) declara-se como uma derivação direta de *problemas* eminentemente filosóficos, ou, então, como produto de um *projeto* da Razão humana.

Nessa *peregrinação* da *geografia* pela Modernidade, Bernhard Varenius (1621-1650) exercera a *tarefa* de tentar formatar, numa *linguagem* geográfica, a física de René Descartes (1596-1650). Kant – que foi um leitor atento dos escritos de Varenius – parece entregar-se a um procedimento similar; entretanto, ao invés da física *cartesiana*, ele busca *geografizar* a física de Isaac Newton (1642-1727). Newton, aliás, foi quem oficializou a noção de *espaço*, fazendo de seu caráter *absoluto* o sustentáculo da *imutabilidade* da natureza, mediante sua *lei da inércia* (NEWTON, 2008).

Newton foi, inegavelmente, um *modelo* a Kant durante boa parte de sua laboração intelectual. Sua *Crítica da Razão Pura* (1781), por exemplo, *exala* newtonianismo, ao fazer da *metodologia* empregada pelo filósofo inglês um verdadeiro cânone da Razão. Kant chega, por vezes, a ser mais newtoniano que o próprio Newton!

Não por acaso, julgando a pertinência das *críticas* dirigidas por Leibniz (via Clarke) a Newton – acusando o newtonianismo de não possuir uma fundamentação *metafísica* – Kant escreveu seus *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* em 1786 (KANT, 1990) justamente para balizar, filosófica e metafisicamente a física de Newton.

Mais do que nunca, Kant, nessa sublime obra, assume o newtonianismo como uma *metodologia* e, com sua sagacidade impar, praticamente *autoriza* a existência de uma “ciência da natureza”. A *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1982) e os *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990) são essencialmente newtonianos, estando estritamente sustentados na matemática e na geometria de Newton.

Kant, assim, chega em meados de 1780 com um aporte newtoniano sólido e inabalável. Sua concepção de *espaço*, em linhas gerais, alinhava-se com o *espaço absoluto* newtoniano. Kant apenas transfere o resguardo de sua *universalidade* num *a priori* da *sensibilidade*. Sua idéia de *natureza* escorava-se na tese da *imutabilidade* da natureza de base newtoniana, cimentada pela *lei da inércia*. A *natureza*, assim concebida, ficava num estado de subserviência ao *universalismo* do *entendimento*.

Chegamos a um ponto em que tudo parecia resolvido a Kant! Pois, segundo o próprio *filósofo de Königsberg*, a “reflexão racional” se exerce em dois *domínios*: o **teórico** e o **prático-moral**. Em suas duas primeiras *Críticas*, Kant havia lançado – de modo bastante radical – *novos fundamentos da experiência*, quer de um ponto de vista estritamente *teórico*, quer do ponto de vista da *teoria moral*. Definindo os *limites* em que o saber *teórico* ou o *prático* podem e devem se desenvolver, o *programa crítico* kantiano parecia ter chegado ao fim (MARQUES, 1998).

Eis, então, que o *velho Kant*, já no *anoitecer* de sua vida, ousa *revolucionar* sua própria *filosofia* e decide publicar sua *Crítica da Faculdade do Juízo*, no ano de 1790 (KANT, 1985). Não teriam, já, as *Críticas* precedentes tratado do uso *prático* e *teórico* da razão? Por que, então, uma Terceira *Crítica*? O que teria ficado *em aberto* em suas outras *Críticas*?

Kant formulou a *Terceira Crítica* em razão de algumas *lacunas* por ele sentidas. Lacunas estas não simplesmente deixadas por alguma incompletude imanente às *Críticas* anteriores, mas *ingênit*as à completude (e às necessidades) de um *sistema* do qual elas faziam parte. É quem despertou *nosso* sublime filósofo para o reconhecimento de tais *lacunas* foi a “natureza” (MARQUES, 1998).

Essa re-significação – *derramada* na *Terceira Crítica* – coincide com o *momento* em que Kant passa a questionar o paradigma geométrico-matemático newtoniano. O próprio Kant reconhece que, na *Crítica da Razão Pura*, ele abordou a “natureza” tão-somente a partir do que o *entendimento* prescrevia *a priori* como lei para ela, isto é, enquanto um complexo de fenômenos (cuja *forma* é dada igualmente *a priori*). A

“natureza” parecia esvaída frente a esse poder simétrico da Razão todopoderosa!

Dessa maneira, como já asseveramos antes, as noções de *espaço* e de *natureza*, defendidas por Kant até 1790, *espelhavam* a tese da *imutabilidade* da natureza, austeramente amparada na *lei da inércia* de Newton. Mas como esse *espaço a priori* (universal) e essa *natureza* (imutável) poderiam se enlaçar com o *empírico*, com a multiplicidade fenomênica? Se a natureza é universal, por que ela se manifesta enquanto *multiplicidade*? Como pode ser diferente o que é universal?

A *Crítica da Faculdade do Juízo* (KANT, 1995) busca responder a tais indagações. E, para levar a efeito tal *empresa*, o *velho* Kant vai regressar a Leibniz e à sua concepção *dinâmica* de natureza. Ele vai retomar, do mesmo Leibniz, a idéia de *espaço* como “coexistência entre seres/entes”, rompendo com sua universalidade e necessidade *apriorística*. Do mesmo modo, ele regressa a Platão e retoma deste o conceito de *forma*. Como resultado dessa *revolução*, ele formula a noção de *juízo*.

E a noção de *juízo* vem justamente tentar aproximar os domínios da *natureza* e da *liberdade*; e isso leva – em Kant – a um *interesse renovado pela própria natureza*. Desse modo, na *Crítica do Juízo*, Kant busca restaurar a *imagem da natureza* resultante da *Crítica da Razão Pura*. Sua *Terceira Crítica* vem, precisamente, exibir um *novo* modelo de inteligibilidade da natureza.

Essa nova *imagem* de “natureza” é *fabricada* em meio às preocupações de Kant em redefinir a própria relação entre o *particular* e o *universal*. Para apreender a *particularidade do particular* e para produzir uma *representação* da “natureza” em sua materialidade fenomênica, Kant lança mão das noções de *conformidade a fins*, *juízo reflexivo*, *juízo estético* e *juízo teleológico*. Eis uma sensível *fenda* aberta em direção à *representação da plasticidade* da “natureza”.

A noção de *conformidade-a-fins* vai exercer forte influência em J.W. Goethe (1749-1832), sobretudo em sua noção de *morfologia*; e em Alexander von Humboldt (1769-1859), especialmente em sua idéia de *conexão* entre os diferentes *elementos* da natureza. Kant, portanto, é – indiscutivelmente – uma *fonte* de onde deságuam os *pilares* para a edificação epistemológica da *geografia* em sua conotação *moderna* (VITTE, 2008; SILVEIRA, 2008).

Kant, nas *páginas* de sua *Crítica do Juízo*, concede o primeiro *passo* em direção à possibilidade de encontrar o *universal* no *singular* mediante a “experiência estética”. Kant, na verdade, inventa a *estética moderna*!

Schiller (1759-1805) – que produz uma verdadeira reconstrução da filosofia kantiana – leva ao extremo o uso da “experiência estética”, especialmente com sua noção de “impulso lúdico”. Goethe, nos *vãos* de sua genialidade, concebe a ciência como um modo de experimentar o *belo*. Humboldt – amigo de Schiller e de Goethe – escreve seus “*Quadros da Natureza*” (HUMBOLDT, 1953) justamente como tentativa de fazer ciência como uma “experiência estética”. Entretanto, ele vai além e funda a representação da espacialidade da natureza.

Nesse *cenário* aqui singelamente *desenhado*, resta-nos uma *última* indagação: o que teria despertado Kant para a *heterogeneidade* e a *empiricidade* da “natureza”? O que teria chamado sua atenção para as *formas* diversas da natureza, para suas particularidades e para suas *conformidades a fins*? O que o teria *empurrado* a formular um novo modelo de inteligibilidade da “natureza”?

Longe de se apegar a uma única *causa* para esse *despertar*, ou, então, para essa verdadeira *revolução* operada por Kant no findar de seu empreendimento filosófico, não hesitamos em afiançar que seu “Curso de *Geografia Física*” serviu como uma das *forças geratrizes* para tão profícua e sublime *reinvenção*!

O CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA DE IMMANUEL KANT (1724-1804): UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA E A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Resumo: Há um *relativo* depauperamento no tocante ao nosso conhecimento a respeito da relação entre a filosofia kantiana e a constituição da geografia *moderna* e, conseqüentemente, *científica*. Esta relação, quando abordada, o é - vezes sem conta - de modo *obliquo* ou *tangencial*, isto é, ela resta quase que exclusivamente confinada ao *ato* de noticiar que Kant ofereceu, por aproximadamente quatro décadas, *cursos* de *Geografia Física* em Königsberg, ou que ele foi o primeiro filósofo a inserir esta disciplina na Universidade, antes mesmo da criação da cátedra de Geografia em Berlim, em 1820, por Karl Ritter. Não ultrapassar a pueril divulgação deste *ato* em si mesma só nos faz *jogar uma cortina* sobre a ausência de um discernimento maior acerca do tributo de Kant à fundamentação epistêmica da geografia *moderna* e *científica*. Abrir uma *frincha* nesta *cortina* denota, necessariamente, elucidar o *papel* e o *lugar* do “Curso de *Geografia Física*” no *corpus* da filosofia transcendental kantiana. Assim sendo, partimos da conjectura de que a “*Geografia Física*” continuamente se mostrou, a Kant, como um *conhecimento* portador de um

desmedido sentido *filosófico*, já que ela lhe denotava a própria possibilidade de *empiricização* de sua *filosofia*. Logo, a *Geografia Física* seria, para Kant, o embasamento *empírico* de suas reflexões filosóficas, pois ela lhe comunicava a *empiricidade* da *invenção* do mundo; ela lhe outorgava a construção *metafísica* da “superfície da Terra”. Destarte, da mesma maneira que a Geografia, em sua *superfície* geral, conferiu uma espécie de atributo científico à validação do *empírico* da Modernidade (desde os idos do século XVI), a *Geografia Física* apresentou-se como o sustentáculo *empírico* da reflexão filosófica kantiana acerca da “metafísica da natureza” e da “metafísica do mundo”.

Palavras-chave: História e Epistemologia da Geografia, Geografia Física, Cosmologia, Filosofia Transcendental Kantiana, Natureza.

THE COURSE OF PHYSICAL GEOGRAPHY OF IMMANUEL KANT (1724-1804) : CONTRIBUTION FOR THE GEOGRAPHICAL SCIENCE HISTORY AND EPISTEMOLOGY

Abstract: There is a *relative* weakness about our knowledge concerning Kant philosophy and the constitution of *modern* geography and, consequently, *scientific* geography. That relation, whenever studied, happens – several times – in an *oblique* or *tangential* way, what means that it lies almost exclusively confined in the *act* of notifying that Kant offered, for approximately four decades, “*Physical Geography*” courses in Königsberg, or that he was the first philosopher teaching the subject at any College, even before the creation of Geography chair in Berlin, in 1820, by Karl Ritter. Not overcoming the early spread of that *act* itself only made us *throw a curtain* over the absence of a major understanding about Kant’s tribute to epistemic justification of *modern and scientific* geography. To open a *breach* in this *curtain* indicates, necessarily, to lighten the *role* and *place* of *Physical Geography Course* inside Kantian transcendental philosophy. So, we began from the conjecture that *Physical Geography* has always shown, by Kant, as a *knowledge* carrier of an unmeasured *philosophic* sense, once it showed the possibility of *empiricization* of his philosophy. Therefore, a *Physical Geography* would be, for Kant, the *empirics* basis of his philosophic thoughts, because it communicates the *empiria* of the world *invention*; it has made him to build *metaphysically* the “*Earth’s surface*”. In the same way, Geography, in its general *surface*, has given a particular tribute to the *empiric* validation of Modernity (since the 16th century), *Physical Geography* introduced itself as an *empiric* basis to Kantian philosophical reflection about “nature’s metaphysics” and the “world metaphysics” as well.

Keywords: History and Epistemology of Geography, Physical Geography, Cosmology, Kantian Transcendental Philosophy, Nature.

BIBLIOGRAFIA

- BOROWSKI, Ludwig Ernst. 1993. *Relato de la vida y el carácter de Immanuel Kant*. Madri: Tecnos.
- BURTT, Edwin Arthur. 1983. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CLAVIER, Paul. *Kant. 1997. Les idées cosmologiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- COHEN-HALIMI, Michèle. 1999. Le Géographe de Königsberg. In: KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, p. 9-40.
- HUMBOLDT, Alexander von. 1953. *Quadros da Natureza*. SP: W.M. Jackson Inc., 2 vols.
- DE QUINCEY, Thomas. 1989. *Os últimos dias de Immanuel Kant*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KANT, Immanuel. 1982. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- _____. 1990. *Primeiros Princípios Metafísica da Ciência da Natureza*. Lisboa: Edições 70.
- _____. 1995. *Crítica da Faculdade de Julgar*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 1999. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier.
- _____. 1984. *Histoire Générale de la Nature et Théorie du Ciel*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- MARCUZZI, Max. 1999. La “Géographie Kantienne”: délimitation de la discipline. In: KANT, Immanuel. *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier.
- MARQUES, Antonio. 1998. A Terceira Crítica como culminação da filosofia transcendental kantiana. In: KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- PASCAL, Georges. 1996. *O pensamento de Kant*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SCHILLER, Friedrich. 1989. *A educação estética do homem. Numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras.

SILVEIRA, Roberison W. D. da. 2008. *As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na gênese da geografia moderna: os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt*. Campinas: Instituto de Geociências, Dissertação de Mestrado (Geografia), 2008.

VITTE, Antonio C. 2008 . A geografia física: da conformidade-a-fins à paisagem. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 30. Presidente Prudente (prelo).